



Número: **0806156-21.2019.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **4ª Vara Regional de Mangabeira**

Última distribuição : **18/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 7.087,50**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
THIAGO RIBEIRO DA SILVA (AUTOR)		ABRAAO COSTA FLORENCIO DE CARVALHO (ADVOGADO)	
BRADESCO SEGUROS S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
22823 495	18/07/2019 16:00	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
22823 808	18/07/2019 16:00	<a href="#">INICIAL COMPLEMENTAÇÃO - THIAGO RIBEIRO</a>	Informações Prestadas
22823 822	18/07/2019 16:00	<a href="#">DOCS PESSOAIS</a>	Outros Documentos
22823 838	18/07/2019 16:00	<a href="#">LAUDO</a>	Outros Documentos
22823 845	18/07/2019 16:00	<a href="#">BO</a>	Outros Documentos
22823 951	18/07/2019 16:00	<a href="#">CARTA THIAGO</a>	Outros Documentos
22823 954	18/07/2019 16:00	<a href="#">CARTA 2 THIAGO</a>	Outros Documentos
22826 777	18/07/2019 16:51	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
23660 966	20/08/2019 11:44	<a href="#">Petição</a>	Petição
23660 971	20/08/2019 11:44	<a href="#">PETIÇÃO DE JUNTADA -Simulação de Guia de Custas - Thiago Ribeiro</a>	Informações Prestadas
23660 981	20/08/2019 11:44	<a href="#">GuiaCustas (7).pdf - THIAGO RIBEIRO DA SILVA</a>	Outros Documentos
24325 631	11/09/2019 15:23	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
24366 581	12/09/2019 14:09	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
24869 605	30/09/2019 14:37	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
24873 432	30/09/2019 16:38	<a href="#">Despacho</a>	Despacho

PDF





# Vieira & Costa

## ADVOGADOS ASSOCIADOS

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA  
DISTRITAL DE MANGABEIRA, COMARCA DE JOÃO PESSOA – PARAÍBA**

**THIAGO RIBEIRO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, servente, portador da cédula de identidade n.º 31.126.835-3 SSP/RJ, inscrito no CPF/MF 710.881.294-04, residente e domiciliado na Rua Projetada ,Quadra 211, Bloco 02, Ap. 104 B, Residencial Colinas de Gramame, s/n.º, Gramame, João Pessoa, Paraíba, através de seu advogado e procurador legalmente constituído, com escritório profissional localizado Rua João Amorim, 356, centro, João Pessoa, Paraíba, para onde deverão ser enviadas as comunicações processuais pertinentes, vem à presença de Vossa Excelência, com fulcro na Lei 6194/74 (Veículos - Seguro Obrigatório de Danos Pessoais) e demais legislações pertinentes à espécie, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT  
(DEBILIDADE PERMANENTE – COMPLEMENTAÇÃO)**

em face **BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS S/A** localizada na Rua Josefa Taveira, 314, mangabeira, João Pessoa, PB, CEP – 58055-000, inscrita no CNPJ N.º 33.055.146/0001-93, tendo em vista os fatos e os motivos a seguir delineados:

**JUSTIÇA GRATUITA.**

[www.vieiraecostaadvogados.com.br](http://www.vieiraecostaadvogados.com.br) | [www.vieiraecosta.com.br](http://www.vieiraecosta.com.br)

Rua João Amorim, 356, SI 02/03 - Centro - João Pessoa /PB - CEP 58013-310 - Fone/Fax: (83) 3243.8889





# Vieira & Costa

## ADVOGADOS ASSOCIADOS

Inicialmente, requer os benefícios da *Justiça Gratuita*, nos termos da Lei n.º 1.060/50 e das demais legislações pertinentes, por não ter condições de dar prosseguimento à presente demanda sem comprometer o seu sustento.

Para tanto, declara-se, desde já, pobre na forma da legislação de regência e conhecedor de todas as penalidades cabíveis em caso de falseamento da verdade.

### FATOS.

---

A parte Promovente sofreu acidente de trânsito **no dia 29.01.2019**, por volta das 13h, no Viaduto Geraldo Mariz, Tambauzinho, João Pessoa/PB, quando trafegava em sua motocicleta de marca HONDA POP, de placa QSC 8159/PB e foi abalroado por veículo não identificado que evadiu-se do local. Na ocasião o sinistrado foi socorrido pelo SAMU e encaminhado para o Hospital de Trauma de João Pessoa, onde foi diagnosticado com fratura do fêmur direito e fratura de rádio direito, passando por tratamento cirúrgico para correção das fraturas.

Mesmo realizando a cirurgia, a parte Promovente **ficou com debilidade permanente no membro inferior direito com limitação funcional devido a perda de movimentos e diminuição da força muscular do referido membro, afetando também a função da marcha em razão da rigidez articular, apresentando claudicação, além de limitação funcional no membro superior direito devido a perda de movimentos, diminuição da força muscular e rigidez articular do referido membro, prejudicando os movimentos de flexão, extensão e elevação do braço e movimentos do punho em razão de fratura não consolidada.**

De posse de toda documentação necessária para requerer indenização por invalidez referente ao seguro DPVAT, o autor requereu administrativamente (Sinistro 3190313616), vindo a receber a quantia de R\$6.412,50 (seis mil quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos).

Todavia, as sequelas suportadas pelo autor prejudicaram consideravelmente a função da marcha devido à limitação dos movimentos de flexão e extensão do membro e encurtamento da perna, além de debilidade no braço direito, apresentando comprometimento de 50% (cinquenta por cento), sendo certo que o autor faz jus a uma indenização complementar correspondente a diferença do valor recebido e o valor máximo indenizável, sendo necessário a realização de perícia médica para apuração do grau da invalidez.

---

[www.vieiraecostaadvogados.com.br](http://www.vieiraecostaadvogados.com.br) | [www.vieiraecosta.com.br](http://www.vieiraecosta.com.br)

Rua João Amorim, 356, SI 02/03 - Centro - João Pessoa /PB - CEP 58013-310 - Fone/Fax: (83) 3243.8889





# Vieira & Costa

## ADVOGADOS ASSOCIADOS

Eis os fatos necessários.

### FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA.

---

O seguro obrigatório (DPVAT) tem por finalidade dar cobertura a danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

A Lei n.º 6194/74, que trata do **Seguro Obrigatório**, em seu artigo 3º elenca os danos pessoais cobertos pelo mesmo:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º<sup>1</sup> compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

b) **até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;**

Trilhando, ainda, por esta senda a Lei 6194/74, em seu artigo 5º, preceitua que a indenização será paga mediante a simples comprovação do acidente e do dano decorrente, senão, veja-se:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante **simples prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Há de se observar que esse artigo instituiu uma responsabilidade objetiva, adotando também a teoria do risco integral, aqui se deixa de imputar uma responsabilidade ao condutor do veículo e passa a imputar a sociedade como um seguro social, devido ao grande número de acidente deste gênero.

Por outro lado, urge destacar, que os requisitos (**prova do acidente e do dano decorrente**) para a indenização foram preenchidos, senão, observe-se:

1) **Prova do Acidente:** Laudo Médico fornecido pelo Hospital de Trauma da Capital e Boletim de Ocorrência fornecido pela Polícia Civil. (docs.anexos)

---

<sup>1</sup> I) Danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por sua carga, a pessoa transportada ou não."





# Vieira & Costa

## ADVOGADOS ASSOCIADOS

2) **Dano: debilidade permanente no membro inferior direito com limitação funcional devido a perda de movimentos e diminuição da força muscular do referido membro, afetando também a função da marcha em razão da rigidez articular, apresentando claudicação, além de limitação funcional no membro superior direito devido a perda de movimentos, diminuição da força muscular e rigidez articular do referido membro, prejudicando os movimentos de flexão, extensão e elevação do braço e punho.**

3) **Nexo causal:** Se não tivesse ocorrido o acidente a parte Promovente não teria sofrido as lesões já relacionadas.

Neste viés, tem-se, ainda, o entendimento do *Egrégio Tribunal do Rio Grande do Sul*:

**Para a concessão da indenização do seguro DPVAT basta a simples prova da ocorrência do sinistro e do dano decorrente.** O artigo 3º, letra "b" da Lei 6.194/74 estabelece o valor de 40 salários mínimos para indenização por invalidez permanente. (TJRS - AC 70010140473 - Cachoeira do Sul - 5ª C.Cív. - Relª Desª Ana Maria Nedel Scalzilli - J. 07.07.2005)

Outrossim, é forçoso concluir que a parte Promovente faz jus a indenização do seguro obrigatório.

### **DOS PEDIDOS**

Ante o expendido, requer que Vossa Excelência se digne em:

a) Conceder à parte Promovente os benefícios da Justiça Gratuita por não ter condições de arcar com as custas processuais sem comprometer o seu próprio sustento e o de sua família;

b) Citar a parte Promovida com as advertências do art. 334 e as prerrogativas do art. 212, ambos do Novo Código de Processo Civil, no endereço supramencionado, para, querendo, contestar o pedido da parte Promovente, sob pena de revelia e confissão tácita dos fatos narrados, indicando desde logo seu desinteresse na realização de audiência de conciliação ou mediação;

---

[www.vieiraecostaadvogados.com.br](http://www.vieiraecostaadvogados.com.br) | [www.vieiraecosta.com.br](http://www.vieiraecosta.com.br)

Rua João Amorim, 356, SI 02/03 - Centro - João Pessoa /PB - CEP 58013-310 - Fone/Fax: (83) 3243.8889





# Vieira & Costa

## ADVOGADOS ASSOCIADOS

c) Condenar a parte Promovida no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes na ordem de 20% (vinte por cento) do valor da condenação a ser imposta àquela.

d) Julgar inteiramente **PROCEDENTE a presente demanda**, em todos os seus termos, condenando a segurdora a pagar ao autor o valor de R\$7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), correspondente a diferença entre o valor máximo indenizável e o que efetivamente foi pago administrativamente, ou ainda, em outro valor apurado pela perícia, de acordo com o grau de invalidez do sinistrado;

e) A produção de todas as provas admitidas em direito, notadamente o depoimento de seu representante legal ou seus prepostos, juntada de novos documentos, oitiva de testemunhas, **perícia médica** e tudo mais que o controvertido assim exigir;

Dá à causa o valor de R\$7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Nestes Termos,  
Pede e Espera Deferimento.  
João Pessoa, PB, 09 de julho de 2019.

Advogado **Abraão Costa** Florêncio de Carvalho  
**OAB/PB – 12.904**

---

[www.vieiraecostaadvogados.com.br](http://www.vieiraecostaadvogados.com.br) | [www.vieiraecosta.com.br](http://www.vieiraecosta.com.br)

Rua João Amorim, 356, SI 02/03 - Centro - João Pessoa /PB - CEP 58013-310 - Fone/Fax: (83) 3243.8889





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL **31.126.835-3** DATA DE EXPEDIÇÃO **22/07/2014**

NOME  
**THIAGO RIBEIRO DA SILVA**

FILIAÇÃO  
**SEVERINO RIBEIRO DA SILVA**

**LINDACIR GOMES DA SILVA**

NATURALIDADE **PARAÍBA** DATA DE NASCIMENTO **22/03/1994**

DOC. ORIGEM  
**C. NASC LIV 00018A FLS 135 TERM 0014443**

CABEDELO **PB**

CPF **001** 1 Via

LEI Nº 7.116

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL  
DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL

0237

Polegar Direito

Assinatura do Titular

CA IDENTIDADE

CÓDIGO DE CONTROLE  
6749.73F4.C313.8991



Emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil  
às 13:01:48 do dia 08/10/2018 (hora e data de Brasília)  
dígito verificador: 00  
VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



Ministério da Fazenda  
Receita Federal  
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF



Número  
**710.881.294-04**

Nome  
**THIAGO RIBEIRO DA SILVA**

Nascimento  
**22/03/1994**





**VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

REGISTRO GERAL **31.126.835-3** DATA DE EXPEDIÇÃO **22/07/2014**

NOME **THIAGO RIBEIRO DA SILVA**

FILIAÇÃO **SEVERINO RIBEIRO DA SILVA**

**LINDACIR GOMES DA SILVA**

NATURALIDADE **PARAIBA**

DOC. ORIGEM **C. NASC. LIV 00018A-FLS 135-PB**

**CABEDELLO**

CPF **001**

DATA DE NASCIMENTO **22/03/1994**

TERM. **0014443**

LEI Nº 7.116

**ENERGISA**

ANGERLANIA GALDINO DE OLIVEIRA  
RUA PROJETADA, S/N, Q. 211, EL. 02, AP. 104 B - GRAMAME  
JOAO PESSOA / PB CEP: 58000-000 (AG: 1)

Emissão: 17/12/2018 Referência: Dez/2018  
Classe/Subclasse: RESIDENCIAL / BAIXA RENDA MONOFÁSICO Br/230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa/PB - CEP 58071-680  
Roteiro: 10 - 2 - 480 - 157 Nº medidor: 00008975302

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.  
CNPJ 08.095.193/0001-40 - Ins. Est. 16.015.822-4  
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 017.245.245  
Cód. para Dta. Automático: 00018581203

Atendimento ao Cliente ENERGISA **0800 085 0196** [www.energisaparaiba.com.br](http://www.energisaparaiba.com.br)

Conta referente a **Dez / 2018** Apresentação **17/12/2018** Data prevista para próxima fatura **17/01/2019** CPF/CNPJ/RAN **101.282.514-09**

Unidade Consumidora **018581203**

Valor da conta **R\$ 62,33**

Observações:

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.
- Exercício de apresentação da Reserva 2018 de 155,44 de dezembro de 2018.
- Reserva, apresenta-se na sua Origem, para o mês de dezembro de 2018.

**Ministério da Fazenda**  
**Receita Federal**  
**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF**

Número **710.881.294-04**

Nome **THIAGO RIBEIRO DA SILVA**

Nascimento **22/03/1994**

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dia
Data	19/11/18	17/12/18		28
Leitura	607	1094		
<b>Consumo Elétrico</b>				
CCl	Descrição	Quantidade	Valor	Valor
0601	Consumo até 300W/h-BR	30.180,00	0,25	7,55
0601	Consumo - 31 a 100W/h-EB	78.000,00	0,35	27,15
0601	Consumo - 101 a 220W/h-BR	2.639,24	0,31	8,18
0601	Adic. B. Amarela	0,25	0,00	0,00
0610	Subsidio	427,9	0,00	0,00
<b>LANÇAMENTO - 155,44</b>				
0607	CONTRIB SERV LUM PUBLICA	1,00	0,00	0,00
0604	JUROS DE MORA 11/2018	0,00	0,00	0,00
0605	MULTA 11/2018	0,00	0,00	0,00
0606	Devolução Subsidio	0,00	0,00	0,00
TOTAL		73,80	0,00	73,80
CCl Código de Classificação do item		73,80	0,00	73,80
Medida em kWh		73,80	0,00	73,80
VENCIMENTO		24/12/2018	R\$ 62,33	
Histórico de Consumo (kWh)				
80	87	46	34	91
27	59	54	100	109
Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abri/18
Maio/18	Jun/18	Jul/18	Agos/18	Set/18
Out/18	Nov/18			

**VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

REGISTRO GERAL **3.786.765 -2 VIA** DATA DE EXPEDIÇÃO **26/09/2014**

NOME **ANGERLANIA GALDINO DE OLIVEIRA**

FILIAÇÃO **ANTONIO GALDINO DE OLIVEIRA**

**SEVERINA SALVADOR DA SILVA**

NATURALIDADE **GURINHEM-PB**

DOC. ORIGEM **NASC. N. 10085 FLS 109V-11V-10**

**CARTORIO GURINHEM-PB**

CPF **101.282.514-09**

DATA DE NASCIMENTO **12/03/1993**

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

**Indicadores de Qualidade**

**Composição de Consumo**

Discriminação	Valor (R\$)	%
Consumo Elétrico	10,87	17,11
Consumo de Gás	15,22	24,44
Consumo de Água	1,66	2,66

**Aproveite melhor o seu tempo**

Atendimento Energisa para deficientes auditivo ou de fala 0800 086 1234 (04h)

Atendimento Energisa para deficientes auditivo ou de fala 0800 086 1234 (04h)







## LAUDO MÉDICO

### INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE THIAGO RIBEIRO DA SILVA  
DATA DE NASCIMENTO 22/03/94  
NOME DA MÃE LINDACIR GOMES DA SILVA

### DADOS EXTRAÍDOS DO PRONTUÁRIO

PRONTUÁRIO N.º 113733  
BOLETIM DE ENTRADA N.º 1139357  
DATA DO ATENDIMENTO 29/01/19  
HORA DO ATENDIMENTO 16:21  
MOTIVO DO ATENDIMENTO ACIDENTE DE MOTOCICLETA  
DIAGNÓSTICO (S) FRATURA DE FÊMUR DIR, FRATURA DE RADIO DIR  
CID 10 S72.3 , S52.5

### AVALIAÇÃO INICIAL:

PACIENTE DEU ENTRADA NESTE SERVIÇO, REFERINDO DOR E FERIMENTO EM PUNHO DIREITO E COXA DIREITA , CONTUSÃO E HEMATOMA NA REGIÃO FRONTAL. AVALIADO PELA CIRURGIA GERAL, NEURIROCIRURGIA, ORTOPEDIA

### EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

TC DE CRANIO,  
RX DE BACIA, PUNHO DIREITO, ARTICULAÇÃO COXO-FEMURAL DIR. , PERNA DIR. , COXA DIR.,  
RX TORAX,  
USG(FAST), EXAMES HEMATOLOGICOS



### RESULTADOS DOS EXAMES:

RX COXA DIR. - FRATURA DE DIAFISE DO FÊMUR , RX ANTEBRAÇO DIR. - FRATURA DISTAL DE RADIO.

### TRATAMENTO:

TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA EXPOSTA DE DIAFISE DO FÊMUR DIR. E RADIO DISTAL DIR.

ALTA HOSPITALAR: 04/02/19  
DATA DA EMISSÃO: 04/03/19

*Elivaldo Sales de Toledo*  
Cirurgião Geral  
CRM/HEETSHL  
Dr. ELIVALDO SALES DE TOLEDO  
CRM: 1873/PB

**ATENÇÃO:** Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO



*Dr. Anuar Murad Filho*

*Clínica Médica*

*C.R.M-PB : 8.742*

*(Reconhece)*

*(Assina)*

LAUDO MÉDICO :

O paciente Thiago Ribeiro da Silva é portador do CID : S 72.3 + S 52.5 proveniente de fratura de fêmur e rádio direito ocasionado por acidente de motocicleta , tendo como seqüela um comprometimento de 50 % do membro afetado.

DIAGNÓSTICO SEGUNDO EXAME DE IMAGEM :

Segue em anexo :

DIAGNÓSTICO SEGUNDO ANAMNESE + EXAME FÍSICO :

*Dr. Anuar Murad Filho  
Médico  
CRM-PB 8742*

03-06-2019



Dr. Anuar Murad Filho

C.R.M : 8.742

*Eco Medical Center Cartaxo ( C.N.P.J : 29.955.582/0001-41 )*

*Rua : Antônio Rabelo Júnior N - 170 ( Miramar - João Pessoa ) CEP : 58032-090*







**POLÍCIA  
CIVIL**  
PARAÍBA



**CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA**

**Nº 04219.01.2019.1.00.401**

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 04219.01.2019.1.00.401, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 15:07 horas do dia 17 de abril de 2019, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor de Boletim de Ocorrência, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Roberta Gouvêa Neiva, matrícula 1560913, e lavrado por Cristiano Cruz Cordula, Agente de Investigação, matrícula 1565699, ao final assinado, compareceu **Thiago Ribeiro da Silva**, CPF nº 710.881.294-04, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), profissão Servente, filho(a) de Lindacir Gomes da Silva e Severino Ribeiro da Silva, natural de Cabedelo/PB, nascido(a) em 22/03/1994 (25 anos de idade), residente e domiciliado(a) no (a) Rua Projetada, Nº S/N, complemento QDRA. 211 BLOCO 02 AP.104 B RESIDENCIAL COLINAS DE GRAMAME, bairro Gramame, tendo como ponto de referência Próximo a Escola Linduarte Noronha., na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98677-1365.

**Dados do(s) Fatos:**

Local: Viaduto Geraldo Mariz., Viaduto Geraldo Mariz., João Pessoa/PB, bairro Tambauzinho; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 29/01/19 13:00h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303 § 1º: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

**E NOTIFICOU O SEGUINTE:**

QUE, segundo o notificante no dia 29/01/2019 por volta das 13:00 horas quando transitava, pelo viaduto Geraldo Mariz; Tambauzinho, João Pessoa-PB; com o veículo tipo HONDA POP 110I ano e modelo: 2018/2018, de cor branca de placa: QSC8159/PB CHASSI: 9C2JB0100JR068559 pertencente a Jeferson William Chagas Franca; Que segundo o mesmo seguia normalmente quando foi abalroado por uma veículo não identificado/que evadiu-se do local; QUE devido ao fato a notificante veio a cair ao solo e se lesionar, Que foi socorrido pela viatura do SAMU sendo conduzido para o HOSPITAL DE EMERGÊNCIAS E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA de acordo com o BOLETIM DE ENTRADA de nº 1139357 onde foi diagnosticado Fratura do Fêmur direito, fratura do Rádio direito CID S72.3, S52.5, conforme LAUDO MÉDICO assinado pelo Dr. Elivaldo Sales de Tolêdo CRM:1873/PB.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 17 de abril de 2019.

CRISTIANO CRUZ CORDULA  
Agente de Investigação

THIAGO RIBEIRO DA SILVA  
Noticiante



Procedimento Policial: 04219.01.2019.1.00.401





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

**Rio de Janeiro, 28 de Junho de 2019**

**Nº do Pedido do**

**Seguro DPVAT: 3190313616**

**Vítima: THIAGO RIBEIRO DA SILVA**

**Data do Acidente: 29/01/2019**

**Cobertura: INVALIDEZ**

**Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO**

**Senhor(a), THIAGO RIBEIRO DA SILVA**

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 2.362,50

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos membros inferiores 70%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 70%) 35,00%

Valor a indenizar: 35,00% x 13.500,00 = R\$ 4.725,00

Recebedor: **THIAGO RIBEIRO DA SILVA**

Valor: **R\$ 2.362,50**

Banco: **237**

Agência: **000002108-3**

Conta: **0000056330-7**

Tipo: **CONTA CORRENTE**

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: [www.seguradoralider.com.br/recomeco](http://www.seguradoralider.com.br/recomeco).

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você







Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

**Rio de Janeiro, 25 de Maio de 2019**

**Nº do Pedido do**

**Seguro DPVAT: 3190313616**

**Vítima: THIAGO RIBEIRO DA SILVA**

**Data do Acidente: 29/01/2019**

**Cobertura: INVALIDEZ**

**Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO**

**Senhor(a), THIAGO RIBEIRO DA SILVA**

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 4.050,00

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos membros inferiores 70%

Graduação: Em grau leve 25%

% Invalidez Permanente DPVAT: (25% de 70%) 17,50%

Valor a indenizar: 17,50% x 13.500,00 = R\$ 2.362,50

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um dos punhos 25%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 25%) 12,50%

Valor a indenizar: 12,50% x 13.500,00 = R\$ 1.687,50

**Recebedor: THIAGO RIBEIRO DA SILVA**

**Valor: R\$ 4.050,00**

**Banco: 237**

**Agência: 000002108-3**

**Conta: 0000056330-7**

**Tipo: CONTA CORRENTE**

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: [www.seguradoralider.com.br/recomeco](http://www.seguradoralider.com.br/recomeco).

Atenciosamente,





**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DA CAPITAL**

---

**4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA**

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB  
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

**ATO ORDINATÓRIO (CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJ - TJPB)**

**Nº DO PROCESSO: 0806156-21.2019.8.15.2003**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: THIAGO RIBEIRO DA SILVA

RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

De acordo com as prescrições do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o pagamento das custas iniciais.

João Pessoa/PB, 18 de julho de 2019.

POLYANA GONCALVES LUCENA  
Técnico Judiciário



PDF



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª  
VARA DISTRITAL DE MANGABEIRA DA COMARCA DE JOÃO  
PESSOA – PARAÍBA**

**PROC. 0806156-21.2019.8.15.2003**

**THIAGO RIBEIRO DA SILVA**, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, em que contende com o BRADESCO SEGUROS S/A, igualmente qualificado, vem, respeitosa e tempestivamente à presença de Vossa Excelência, através de seu advogado legalmente habilitado, REQUERER A JUNTADA DA SIMULAÇÃO DA GUIA DE CUSTAS INICIAIS, EM CUMPRIMENTO AO DESPACHO (ID. 22826777).

Nestes Termos.

Pede e Espera Deferimento.


João Pessoa, 20 de Agosto de 2019.

*Advogado Abraão Costa Florêncio de Carvalho*

**OAB/PB 12.904**



 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			<b>Número do boleto:</b> 200.2.19.22802/01
<b>Nº do Processo:</b> _____			<b>Data de emissão:</b> 15/08/2019
<b>Comarca:</b> Joao Pessoa			<b>Data de vencimento:</b> 31/08/2019
<b>Classe Processual:</b> ACAO CIVIL COLETIVA - CIVEL - 63			<b>UFR vigente:</b> R\$ 50,48
<b>Número da guia:</b> 200.2019.622802 <b>Tipo da Guia:</b> Custas Prévias			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 504,80 <b>Promovente:</b> THIAGO RIBEIRO DA SILVA - Taxa Judiciária: R\$ 106,31 - Despesas processuais postais: R\$ 15,56 <b>Promovido:</b> BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS S/A - Despesas processuais com mandados: R\$ 79,25 - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>Parcela:</b> 1/1
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			<b>Valor total:</b> R\$ 707,28
866200000077 072809283186 520190831203 021922802018 			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
			<b>Valor final:</b> R\$ 707,28

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			<b>Número do boleto:</b> 200.2.19.22802/01
<b>Nº do Processo:</b> _____			<b>Data de emissão:</b> 15/08/2019
<b>Comarca:</b> Joao Pessoa			<b>Data de vencimento:</b> 31/08/2019
<b>Classe Processual:</b> ACAO CIVIL COLETIVA - CIVEL - 63			<b>UFR vigente:</b> R\$ 50,48
<b>Número da guia:</b> 200.2019.622802 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Promovente:</b> THIAGO RIBEIRO DA SILVA <b>Promovido:</b> BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS S/A			<b>Parcela:</b> 1/1
<b>Detalhamento:</b> - Despesas processuais postais: R\$ 15,56 - Cartas: R\$ 15,56 - Despesas processuais com mandados: R\$ 79,25 - 1x Citação (GRAMAME): R\$ 79,25			<b>Valor total:</b> R\$ 707,28
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
			<b>Valor final:</b> R\$ 707,28

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			<b>Número do boleto:</b> 200.2.19.22802/01
<b>Nº do Processo:</b> _____			<b>Data de emissão:</b> 15/08/2019
<b>Comarca:</b> Joao Pessoa			<b>Data de vencimento:</b> 31/08/2019
<b>Classe Processual:</b> ACAO CIVIL COLETIVA - CIVEL - 63			<b>UFR vigente:</b> R\$ 50,48
<b>Número da guia:</b> 200.2019.622802 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 504,80 <b>Promovente:</b> THIAGO RIBEIRO DA SILVA - Taxa Judiciária: R\$ 106,31 - Despesas processuais postais: R\$ 15,56 <b>Promovido:</b> BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS S/A - Despesas processuais com mandados: R\$ 79,25 - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>Parcela:</b> 1/1
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			<b>Valor total:</b> R\$ 707,28
866200000077 072809283186 520190831203 021922802018 			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
			<b>Valor final:</b> R\$ 707,28







Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Tribunal de Justiça  
Sistema de Custas Online

**Guia de Custas Prévias**

**Nº Guia:** 200.2019.622802

**Data Vencimento:** 31/08/2019

**Data Emissão:** 15/08/2019

**Comarca:** Joao Pessoa

**Classe:** ACAO CIVIL COLETIVA - CIVEL - 63

**Promovente:** THIAGO RIBEIRO DA SILVA

**Promovido:** BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS S/A

**Valor da Causa:** R\$ 7.087,50

**Despesas Processuais:** R\$ 94,81

**Custas:** R\$ 504,80

**Taxa:** R\$ 106,31

**Total da Guia:** R\$ 705,93

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

---

Servidor

**APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.**





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DA CAPITAL

4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

[ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO]

0806156-21.2019.8.15.2003

Advogado do(a) AUTOR: ABRAAO COSTA FLORENCIO DE CARVALHO - PB12904

Vistos, etc.

**Defiro a gratuidade processual.**

Designo audiência **UNA** para o **dia 31 de outubro de 2019, às 14:40h**, a realizar-se na sala de audiências da 4ª Vara Regional de Mangabeira.

Cite e intime a parte promovida. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC.

Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.

A audiência só não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, devendo a parte ré fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

Considerando que a parte autora ajuizou a presente ação sem se submeter previamente à perícia médica através do IML, inexistindo nos autos documento que ateste a existência da invalidez permanente e/ou extensão da lesão, bem como que a rotina judiciária vem nos mostrando que a transação em ações que buscam o pagamento ou complementação de seguro Dpvt somente se realiza após a realização de perícia médica, com fulcro no art. 139, inciso VI, do CPC, determino que a audiência de conciliação ora agendada seja precedida de perícia judicial, nos termos do convênio do Tribunal de Justiça com a Seguradora Líder.

Para tanto, nomeio a médica Rosana Bezerra Duarte de Paiva perita nos presentes autos, a para proceder à perícia judicial nos presentes autos, a realizar-se no dia e horário acima descrito, seguida de audiência de



conciliação, instrução e julgamento, oportunidade em que se buscará a composição entre as partes litigantes.

Intime-se a Seguradora Líder para efetuar o pagamento dos honorários periciais, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), comprovando-o até a data da audiência e perícia ora designadas, sob pena de penhora junto ao Bacenjud.

Como forma de viabilizar a transação, após realização da perícia médica, faz-se mister o comparecimento da Seguradora Líder na audiência ora designada, através de preposto munido de poderes para firmar acordos. Dessa forma, além das citação e intimação através de carta, determino que seja a Seguradora Líder, através dos endereços eletrônicos [pauloleite@seguradoralider.com.br](mailto:pauloleite@seguradoralider.com.br) e [philipe.rocha@seguradoralider.com.br](mailto:philipe.rocha@seguradoralider.com.br) e telefone (21) 38614600, cientificada acerca dessa audiência.

A parte autora será intimada através de seu advogado, podendo este requerer que a intimação se dê através de endereço eletrônico, devendo para tanto, informá-lo em até cinco dias (art. 319, inciso II, do CPC).

Intimem as partes para, querendo, indicar assistentes técnicos, no prazo de 10 (dez) dias.

As partes devem comparecer neste fórum, na sala de audiências deste juízo, no dia e hora designado, acompanhados de seus advogados, devendo trazer exames anteriormente realizados, relacionados com a incapacidade/debilidade dos autos. **A parte autora deve comparecer impreterivelmente portando documento pessoal com foto, o boletim de ocorrência e o primeiro atendimento médico inicial.**

Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do TJPB.

Via digitalmente assinada da decisão servirá como mandado de citação/intimação.

**P.I. Cumpra-se com urgência.**

João Pessoa, 11 de setembro de 2019

Fernando Brasilino Leite

Juiz(a) de Direito





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DA CAPITAL

4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

[ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO]

0806156-21.2019.8.15.2003

Advogado do(a) AUTOR: ABRAAO COSTA FLORENCIO DE CARVALHO - PB12904

Vistos, etc.

**Defiro a gratuidade processual.**

Designo audiência **UNA** para o **dia 31 de outubro de 2019, às 14:40h**, a realizar-se na sala de audiências da 4ª Vara Regional de Mangabeira.

Cite e intime a parte promovida. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC.

Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.

A audiência só não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, devendo a parte ré fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

Considerando que a parte autora ajuizou a presente ação sem se submeter previamente à perícia médica através do IML, inexistindo nos autos documento que ateste a existência da invalidez permanente e/ou extensão da lesão, bem como que a rotina judiciária vem nos mostrando que a transação em ações que buscam o pagamento ou complementação de seguro Dpvt somente se realiza após a realização de perícia médica, com fulcro no art. 139, inciso VI, do CPC, determino que a audiência de conciliação ora agendada seja precedida de perícia judicial, nos termos do convênio do Tribunal de Justiça com a Seguradora Líder.

Para tanto, nomeio a médica Rosana Bezerra Duarte de Paiva perita nos presentes autos, a para proceder à perícia judicial nos presentes autos, a realizar-se no dia e horário acima descrito, seguida de audiência de



conciliação, instrução e julgamento, oportunidade em que se buscará a composição entre as partes litigantes.

Intime-se a Seguradora Líder para efetuar o pagamento dos honorários periciais, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), comprovando-o até a data da audiência e perícia ora designadas, sob pena de penhora junto ao Bacenjud.

Como forma de viabilizar a transação, após realização da perícia médica, faz-se mister o comparecimento da Seguradora Líder na audiência ora designada, através de preposto munido de poderes para firmar acordos. Dessa forma, além das citação e intimação através de carta, determino que seja a Seguradora Líder, através dos endereços eletrônicos [pauloleite@seguradoralider.com.br](mailto:pauloleite@seguradoralider.com.br) e [philipe.rocha@seguradoralider.com.br](mailto:philipe.rocha@seguradoralider.com.br) e telefone (21) 38614600, cientificada acerca dessa audiência.

A parte autora será intimada através de seu advogado, podendo este requerer que a intimação se dê através de endereço eletrônico, devendo para tanto, informá-lo em até cinco dias (art. 319, inciso II, do CPC).

Intimem as partes para, querendo, indicar assistentes técnicos, no prazo de 10 (dez) dias.

As partes devem comparecer neste fórum, na sala de audiências deste juízo, no dia e hora designado, acompanhados de seus advogados, devendo trazer exames anteriormente realizados, relacionados com a incapacidade/debilidade dos autos. **A parte autora deve comparecer impreterivelmente portando documento pessoal com foto, o boletim de ocorrência e o primeiro atendimento médico inicial.**

Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do TJPB.

Via digitalmente assinada da decisão servirá como mandado de citação/intimação.

**P.I. Cumpra-se com urgência.**

João Pessoa, 11 de setembro de 2019

Fernando Brasilino Leite

Juiz(a) de Direito







Poder Judiciário da Paraíba  
4ª Vara Regional de Mangabeira

R HILTON SOUTO MAIOR, S/N, - de 5/6 a 5/6, MANGABEIRA, JOÃO PESSOA - PB - CEP:  
58055-018

---

Número do Processo: 0806156-21.2019.8.15.2003  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO]  
Polo ativo: AUTOR: THIAGO RIBEIRO DA SILVA  
Polo passivo: RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

### CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, de ordem verbal da MM. Juíza desta 4ª Vara Regional, faço conclusos os presentes autos pra readequação da pauta de audiência.

JOÃO PESSOA, 30 de setembro de 2019  
POLYANA GONCALVES LUCENA





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**4ª Vara Regional de Mangabeira**

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Redesigno a audiência para o dia 26/11/2019 às 15:10, devendo ser observado integralmente os demais termos do despacho anterior.

JOÃO PESSOA, 30 de setembro de 2019.

Fernando Brasilino Leite

Juiz(a) de Direito